



EXERCITANDO A CIDADANIA DIANTE DE UMA PROPOSTA QUE VISA ATENDER À DEMANDA DO “MERCADO”

Isléia Rossler Streit

isleiastreit@yahoo.com.br

Neri José Mezadri

narimezadri@hotmail.com

Nesse resumo expandido tecemos breves considerações sobre a construção do Novo Ensino Médio em uma escola que pertence a uma fundação mantenedora de uma universidade comunitária no norte do Rio Grande do Sul. À época a escola tinha uma trajetória de mais de trinta anos de atuação com ensino médio e com cursos técnicos. Problematicamos o projeto de um novo currículo para ensino médio a atender legislações específicas, tendências mercadológicas de escola privada e ainda, como terceira variável, a especificidade da escola inserida em uma universidade comunitária. O problema que buscamos responder é: em que medida é possível construir uma perspectiva emancipatória de educação, considerando condicionamentos oriundos da natureza privada da escola e de uma legislação elaborada às pressas e que visa atender à lógica meritocrática e seletiva acerca de quem vai para o ensino superior e quem atende à demanda de um mercado precarizado de trabalho?

Metodologicamente, apresentamos um breve e simples embasamento teórico, levando em conta o que a comissão do Novo Ensino Médio da instituição adotou como referência, além de uma breve descrição do projeto. O resumo divide-se em dois momentos. Num primeiro, objetiva-se refletir sobre a relação da proposta e de conceitos como a cidadania e a democracia aplicada à formação de jovens numa realidade que anseia por instrução focada no mercado. Na sequência, faz-se uma breve apresentação do projeto do Novo Ensino Médio, com destaque para as trilhas formativas da área de Ciências Humanas.

A proposta do “Novo Ensino Médio” pode ser configurada como uma realidade necessária, à medida que atende à expectativa de tornar essa etapa da formação básica

mais atraente ao adolescente brasileiro, ao mesmo tempo que, na maneira e na “letra” é reducionista e serve a interesses técnico-mercadoriológicos utilitaristas e imediatistas. A mudança se dá num contexto amplo, incluindo certa crise de identidade propedêutica da etapa do ensino médio, uma tensão política gritante e a atuação ágil de setores privatistas e desejosos de mão de obra de baixo custo para o mercado de trabalho.

A simpatia pela mudança por parte de amplos setores da sociedade, a ocultação de tensões e divergências de fundo quanto aos rumos a serem seguidos e a conturbação política, com novas forças políticas no governo, viabilizaram a aprovação da Lei 13.415/2017, sem grandes resistências. Fica a nítida impressão de que quem menos opinou na elaboração da proposta foi quem atua no campo educacional. A aprovação via medida provisória (n. 746, set./2016) é, em parte, sinal da pressa e da falta de preocupação com a construção de um consenso possível de amplos setores do campo educacional.

A rapidez com que foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, sem que houvesse uma efetiva participação durante a sua elaboração, não só da comunidade acadêmica, como também da maioria dos conselheiros do CNE como um todo, mostra não só uma prática contraditória no âmbito do Conselho como também uma forma de tentar legitimar, ao mesmo tempo, a BNCC do Ensino Médio e a Reforma do Ensino Médio (AGUIAR, 2018, p. 734).

Em termos estruturais, a grande novidade da Base Nacional Comum Curricular do “Novo Ensino Médio” é a divisão entre a Formação Geral Básica, com carga horária máxima de 1800 horas, e os Itinerários formativos, com 1200 horas, organizados a partir das diferentes áreas do conhecimento e/ou do ensino técnico. O grande ponto de contradição, no nosso modo de ver, está justamente vinculado à parte diversificada, que fica a cargo das redes e/ou instituições e que podem ganhar conotações regionais com base em características culturais e próprias. Ao passo que aí está o espaço para um maior protagonismo dos estudantes, o setor público tem um claro direcionamento para as parcerias com setores privados, através da oferta de cursos técnicos que objetivam o preenchimento da demanda do mercado de trabalho. Não seria este uma estratégia de condicionamento formativo e restrição à formação integral e ao exercício da cidadania?

Na escola em que atuamos, buscamos transformar a resistência diante da proposta em perspectiva que atende a uma demanda de grupos sociais por cidadania e educação de caráter integral. Apontamos aqui a proposta e alguns sinais da primeira experiência realizada no curso de Ensino Médio a partir da reflexão a partir de duas Trilhas formativas projetadas dentro do Itinerário das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. São elas: Identidade e cidadania e Empreendedorismo Social.

O Novo Ensino Médio foi organizado por iniciativa da direção da escola que destacou, em média, dois professores de cada área do conhecimento para esse fim. A partir dessa comissão formada com professores, direção, coordenação pedagógica e orientação educacional, os estudos iniciaram. Por um período de aproximadamente 18 meses, a comissão encontrava-se presencialmente ou de forma online para organizar estrategicamente as tarefas, a discussão teórica, o entendimento da legislação e o perfil do ensino médio que se queria ter para tal momento de transição de currículo.

Nesse contexto, para a área de ciências humanas e sociais aplicadas foram pensadas, organizadas e disponibilizadas à comunidade dos demais professores, à mantenedora da escola e à comunidade de pais e estudantes candidatos ao novo currículo, um total de quatro trilhas formativas. Cabe destacar que tais trilhas formativas, entre muitas demandas, foram, ora discutidas e construídas, ora pouco pensadas, ora apenas assumidas, pela comissão, como prontas e passíveis de serem desenvolvidas.

No intuito de descrever o trabalho realizado, tomou-se como elemento norteador ao projeto da escola, as legislações disponíveis, tanto a nível federal quanto a nível estadual. Utilizou-se também alguns projetos-piloto vivenciados pelos componentes da comissão em realidades específicas; estudou-se alguns projetos relatados em experiências fora do país; dialogou-se com teorizações. Enfim, após alguns indicadores quanto ao número de horas, quanto ao formato de funcionamento dos itinerários formativos, trabalhou-se para a construção dos quatro itinerários de ciências humanas que pudessem dialogar com a formação geral básica e também com os eixos estruturantes.

Dessa forma, oportunizamos as seguintes possibilidades aos estudantes simpáticos à formação humana: a) Identidade e Cidadania, com o enfoque na relação do Estado e da sociedade civil, constituição e formação histórica de seus espaços nos diferentes tempos. b) Empreendedorismo social, com enfoque nas relações do trabalho e seus desdobramentos como estruturante da sociedade. c) Mediação sociocultural, com enfoque na investigação, análise e prospecção de intervenção social. d) *Empowerment*, com enfoque nas relações sociais e na autoria. Os quatro processos formativos são desenvolvidos ao longo dos primeiros quatro semestres do curso, tendo na descrição das habilidades e dos objetos do conhecimento previstos, expectativas do estudante perceber-se como parte da sociedade civil, no tocante à política e à economia, como também de ver-se como autor de si em espaços culturais e de espiritualidade.

O projeto foi pensado em formato de comissão de professores que, a partir de suas experiências e formações acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão, tornaram-se especialistas naquela demanda. Trabalhou-se, também, com dados, conhecidos e acessados a partir da própria experiência da escola, do ensino médio de uma escola privada, com amplo reconhecimento comunitário e em rankings de concursos regionais, estaduais e nacional. Dados precários, superficiais e incompletos, em alguns momentos, para a composição mais adequada do novo currículo.

Nesse sentido, faz-se a crítica, necessária e saudável, ao planejamento de um projeto que propõe ampla e profunda mudança. Os primeiros resultados já se fazem sentir após quase um ano de aplicação do projeto na escola. O primeiro diagnóstico aponta para acertos e ajustes a serem feitos com base nos objetivos e no que se conseguiu atingir.

Palavras-chave: Novo ensino médio; Meritocracia; Democracia; Cidadania

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Márcia Angela da S. Política Educacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formulação em questão. **Currículo Sem Fronteiras**. v. 18, n. 3, p. 722-738, set./dez. 2018.

LALOUX, Frederic. **Reinventando as organizações** - Um Guia para Organizações Inspiradas no Próximo Estágio da Consciência Humana. Curitiba-PR: Voo, 2019

ZACARIOTTI, Marluce Evangelista. **(In)visibilidades das juventudes pós-modernas: trilhas estéticas na cibercultura** Marluce Zacariotti – UFT.